



## No Teatro de S. Bento

Câmara dos Deputados

A questão dos abastecimentos  
—Um projecto de lei

Preside o sr. Afonso Marcal, secretário dos Srs. António Manta e Augusto Dias da Silva.

Entre imediatamente em discussão o seguinte projecto de lei, que, se for aprovado, como é quasi certo que o será, deixará a questão dos abastecimentos um bocadinho pior do que está actualmente, visto que a prática tem demonstrado que quantas mais leis se fazem, mais se complica o problema:

Artigo 1.º—E autorizado o governo a tomar, até 30 de junho próximo, medidas de fomento e as que as circunstâncias exigirem no sentido de estabelecer ou suprimir qualquer restrição à liberdade de comércio e de trânsito de géneros da primeira necessidade, de que sejam direcionadas, se necessário, relativas à importação e exportação de quaisquer artigos, que resultem da mesma vantagem para a economia nacional, sem prejuízo das necessidades do país. Ouviu-se o governo autorizado a vender os excedentes dos produtos adquiridos pelo Estado aos preços que as circunstâncias o permitem mediante despacho fundamentado.

Só o governo dará ao parlamento conta do uso que fizera das autorizações que este artigo lhe confere.

Artigo 2.º—Fica revogada a legislação em contrário.

O sr. Costa Júnior é o primeiro orador a falar sobre o projecto que critica largamente, declarando que as referidas autorizações requeridas são tantas que o poder executivo pode armá-  
se em plenáridatudo.

O sr. Jorge Nunes:

Só assim é que possível governar... O orador—continuando—afirma que o presidente do ministério vem colocar a Câmara em sérias dificuldades, pedindo essas autorizações. Desejava que, ex.ª trouxesse ao parlamento o resultado dos trabalhos que tem feito. Ao contrário a ditadura é manifesta.

O presidente do governo:

Não temos receios de catástrofes... O orador concului enviando para a mesa a seguinte moção:

A Câmara reconhece que as autorizações pedidas pelo sr. ministro da agricultura não devem ser concedidas, passa à ordem do dia:

É admitida a discussão.

O sr. Cunha Leal (sub-leader popular) declara que o parlamento não pode estar indefinidamente a dar autorizações ao governo.

O sr. Aboim Inglês recusa o seu voto às autorizações pedidas e entende que se deve olhar com muita atenção para o que se está passando com o comissariado dos abastecimentos, apontando vários casos, entre o qual figura aquele que se relaciona com a requisição de azeite feita em Cuba. Os serviços do comissariado devem ser reformados quanto antes para honra da República.

O orador ocupa-se, também, dos serviços que prestam os armazéns regulares de preços e da sua inutilidade.

O sr. Jorge Nunes aprecia também o projeto, mostrando-o contrário à sua votação e alude à ação do comissariado dos abastecimentos, cuja repartição mais parece o quartel de Alcântara ou o ministério da marinha, pois que está repleto de ordenanças, sargentos e oficiais da armada. Faz justiça às boas intenções do comissário, mas entende que naquele lugar deve estar um homem conhecedor do assunto e não um engenheiro naval.

O sr. João Gonçalves alonga-se em considerações várias sobre o diploma em discussão, analisa a questão dos abastecimentos e concíui por declarar que a medida trazida ao parlamento não o apanhou de surpresa, porque já a esperava desde há muito.

O sr. Cunha Leal diz que o projeto merecia ser largamente discutido mas a Câmara tem a sua atenção voltada para outros assuntos. Ele, porém, não quer colaborar, como comparsa, nestas e noutras medidas que nada representam de útil para o país. Deseja saber qual é a opinião do governo sobre a liberdade de comércio e sobre o comissariado dos abastecimentos. Conclui por dizer que só votará o diploma em debate se o governo fizer dele uma questão ministerial.

O sr. Estevam Pimentel deseja saber se as medidas tomadas pelo governo vão influenciar na questão do pão.

O sr. Bernardino Machado responde a todos os oradores, declarando que foi sempre contrário ao pedido de autorizações. Fá-lo pela força das circunstâncias a isso o levaram. Combate o regime dos abastecimentos, cuja organização desconhece. Tem em vista dois fins: acabar com o regime da coação violenta sobre o país e acabar c. m. a dissipaçao defendendo o déficit assistidor que o Estado possui. Também pensa em organizar a assistência para que o proletariado se possa abastecer. Tirar enfim, todas as soluções à sanção do parlamento e garantir que só usará das autorizações em casos extraordinários.

O sr. Estevam Pimentel declara que as palavras do sr. Bernardino Machado não satisfazem, visto que em nada o elucidaram.

O sr. Augusto Dias da Silva, socialista, pregunta à mesa se na sessão de hoje pode tratar da questão dos Bairros Sociais.

O sr. presidente diz que transmítiu as considerações do orador ao sr. ministro do trabalho, cuja presença é pedida.

Hoje prossegue a sessão às 14 horas.

## Rendimentos dos operários

Na enfermaria de Santo António do hospital de S. José, dezenas entradas Manuel Pereira, de 44 anos, pedreiro, residente na rua Sabino de Sousa, 77, r/c, que no Bairro Social do Arco do Cego cedeu um andar, fracturando algumas costelas.

## JUVENTUDES SINDICALISTAS

Núcleo de Lisboa.—Comissão administrativa—Reunião, hoje, pelas 20 horas, para tratar da questão das indavias.

Comissão de propaganda.—Reunião ontem esta comissão que entre outros trabalhos aprova o programa a apresentar à proxima assembleia e bem assim nomeou para 1.º secretário o camarada Bonifácio, Manuel Roque para representar a Comissão Executiva e encarregou os camaradas B. Nifácio e António Ribeiro de organizar as escolas de militantes, educação física e leitura comentada; José Antunes e Roque nas aulas de esportes e portugues; Marcelino Gonçalves, o grupo dramático e musical; Francisco dos Santos e Ramos Júnior passarão, visitas de estudo, palestras e conferências. Ascenderá ainda que a próxima reunião seja na proxima sexta-feira.

## O movimento dos manipuladores de pão

E encerrado arbitrariamente o seu sindicato

Tem decorrido acidentalmente a greve dos manipuladores de pão, há dias declarada.

Esta classe, para que as autoridades não tivessem nada a apontar-lhe, cumpriu a reacionária disposição da lei, avisando com antecedência de oito dias que iria para a greve se as suas reclamações não fossem atendidas.

Não evitou essa medida que ontém

foisse dissolvida a sessão, que realizava na sua sede, calcada do Combro.

A meio da sessão 20 guardas da polícia de segurança do Estado, chefiados pelo sr. Santos Tavares, entraram na sala, de pistola em punho, ordenando os presentes que levantassem os braços, ordem que foi cumprida silenciosamente.

Santos Tavares que foi recebido pacificamente, declarou obedecer a ordens superiores, dizendo ser forçado a encerrar a sessão e a lacrar as portas do Sindicato dos Manipuladores de Pão.

Os grevistas resolveram então ir reunir para a Rotunda.

Na Rotunda e na calçada de Carriche

Pelos 17 horas começaram a chegar à Rotunda alguns grevistas, que, confiados nas amabilidades da polícia, ali se propunham reunir.

Um piquete de polícia esperava-os,

à medida que os manipuladores de pão, ali chegando, soavam os barbaramente.

A esta redacção veiu um operário mostrar os ferimentos que lhe fizera, um num braço.

Ante esta atitude resolveram os grevistas reunir fora de portas, tomando os magotes, o caminho do Lumiar, descendo a calçada de Carriche, seguindo os primeiros que ali chegaram, a direcção dum campo onde tencionavam realizar a sua reunião.

Quando encontravam no local cerca de duzentas pessoas, surgiu um grande esquadrão de cavalaria que os cercou, efectuando 184 prisões.

O adm. é admitida a discussão.

O sr. Cunha Leal (sub-leader popular)

declara que o parlamento não pode estar indefinidamente a dar autorizações ao governo.

O sr. Aboim Inglês recusa o seu voto às autorizações pedidas e entende que se deve olhar com muita atenção para o que se está passando com o comissariado dos abastecimentos, apontando vários casos, entre o qual figura aquele que se relaciona com a requisição de azeite feita em Cuba. Os serviços do comissariado devem ser reformados quanto antes para honra da República.

O orador ocupa-se, também, dos serviços que prestam os armazéns regulares de preços e da sua inutilidade.

O sr. Jorge Nunes aprecia também o projeto, mostrando-o contrário à sua votação e alude à ação do comissariado dos abastecimentos, cuja repartição mais parece o quartel de Alcântara ou o ministério da marinha, pois que está repleto de ordenanças, sargentos e oficiais da armada.

Faz justiça às boas intenções do comissário, mas entende que naquele lugar deve estar um homem conhecedor do assunto e não um engenheiro naval.

O sr. João Gonçalves alonga-se em considerações várias sobre o diploma em discussão, analisa a questão dos abastecimentos e concíui por declarar que a medida trazida ao parlamento não o apanhou de surpresa, porque já a esperava desde há muito.

O sr. Cunha Leal diz que o projeto merecia ser largamente discutido mas a Câmara tem a sua atenção voltada para outros assuntos. Ele, porém, não quer colaborar, como comparsa, nestas e noutras medidas que nada representam de útil para o país. Deseja saber qual é a opinião do governo sobre a liberdade de comércio e sobre o comissariado dos abastecimentos. Conclui por dizer que só votará o diploma em debate se o governo fizer dele uma questão ministerial.

O sr. Estevam Pimentel deseja saber se as medidas tomadas pelo governo vão influenciar na questão do pão.

O sr. Bernardino Machado responde a todos os oradores, declarando que foi sempre contrário ao pedido de autorizações. Fá-lo pela força das circunstâncias a isso o levaram. Combate o regime dos abastecimentos, cuja organização desconhece. Tem em vista dois fins:

acabar com o regime da coação violenta sobre o país e acabar c. m. a dissipaçao defendendo o déficit assistidor que o Estado possui. Também pensa em organizar a assistência para que o proletariado se possa abastecer. Tirar enfim, todas as soluções à sanção do parlamento e garantir que só usará das autorizações em casos extraordinários.

O sr. Estevam Pimentel declara que as palavras do sr. Bernardino Machado não satisfazem, visto que em nada o elucidaram.

O sr. Augusto Dias da Silva, socialista,

pregunta à mesa se na sessão de hoje pode tratar da questão dos Bairros Sociais.

O sr. presidente diz que transmítiu as considerações do orador ao sr. ministro do trabalho, cuja presença é pedida.

Hoje prossegue a sessão às 14 horas.

EDEN-TEATRO S. T. Ltda.  
Empreza Henr. Barreiros Lt.Hoje PAZ ARMADA Hoje  
QUINTA-FEIRA, 14—Récita dos autores  
Paz Armada

O RECEIO DA HIDRA

Casa do Povo do Alto do Pina

Realizou-se no domingo, como tinha-

mos noticiado, a festa no Grémio do

Alto do Pina que decorreu cheia de en-

tusiasmismo. O programa, que foi altera-

do, devido à falta de saúde dum cara-

vara, prestidigitador que obsequiosamente

devia tomar parte na festa, co-

meço por uma palestra sobre a Casa

do Povo, feita pelos camaradas Júlio

de Matos e Joaquim Cardoso, seguin-

do de alguns monólogos e poesias.

A segunda parte foi constituída por

alguns episódios dramáticos (cêgadas),

tendo-se efectuado no intervalo o tor-

to dum casal de eclosos. Finalmente a

terceira parte foi preenchida por can-

ções sociais, nos quais tomaram parte

vários cultores.

Quando estava a terminar a festa en-

tra na sala o cabo da esquadra de

polícia do Alto do Pina, que detinham

os camaradas Carlos Pintos-

sero e Júlio de Matos, a pretexto de

terem atacado o governo.

O sr. Jorge Nunes:

—Só assim é que possível governar...

O orador—continuando—afirma que o presidente do ministério vem colocar a Câmara em sérias dificuldades, pedindo essas autorizações. Desejava que, ex.ª trouxesse ao parlamento o resultado dos trabalhos que tem feito. Ao contrário a ditadura é manifesta.

O presidente do governo:

—Não temos receios de catástrofes...

O orador concului enviando para a

mesa a seguinte moção:

A Câmara reconhece que as autorizações pedidas pelo sr. ministro da agricultura não devem ser concedidas, passa à ordem do dia:

É admitida a discussão.

O sr. Cunha Leal (sub-leader popular)

declara que o parlamento não pode

estar indefinidamente a dar autorizações

ao governo.

O sr. Aboim Inglês recusa o seu voto

às autorizações pedidas e entende que

se deve olhar com muita atenção para

o que se está passando com o comissariado

dos abastecimentos.

Nós sabemos a que possa obedecer

também a estranha prisão, visto que

Francisco Fernandes é carpinteiro e a greve

não lhe diz respeito.

Além disso, repetimos, regressava do

trabalho, foi regressar à sua casa.

Foi levado para o gabinete do juiz, preso

e interrogado, ficou aí até ao final da

sessão, quando foi libertado.

Foi levado para o gabinete do juiz, preso

e interrogado, ficou aí até ao final da

sessão, quando foi libertado.

Foi levado para o gabinete do juiz, preso

e interrogado, ficou aí até ao final da

sessão, quando foi libertado.

Foi levado para o gabinete do juiz, preso

e interrogado, ficou aí até ao final da

sessão, quando foi libertado.

Foi levado para o gabinete do juiz, preso

e interrogado, ficou aí até ao final da

sessão, quando foi libertado.

Foi levado para o gabinete do juiz, preso

e interrogado, ficou aí até ao final da

sessão, quando foi libertado.

Foi levado para o gabinete do juiz, preso